



A importância da educação continuada e da capacitação de educadores em uma perspectiva inclusiva

The importance of continuing education and the training of educators from an inclusive perspective

**Antônio Adônnis Sátiro de Souza¹ Geisy Katsny Ana Gonçalves²
Sinara Cristina Moreira de Souza³**

Submetido: 27/10/2025 Aprovado: 06/01/2026 Publicação: 21/01/2026

RESUMO

Diante do cenário educacional contemporâneo, a promoção da educação inclusiva surge como um imperativo moral e social, buscando garantir oportunidades igualitárias de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. No entanto, a efetiva implementação de práticas inclusivas enfrenta desafios significativos, destacando-se a necessidade de formação contínua dos educadores para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Neste contexto, esta pesquisa propõe investigar o papel da educação continuada na promoção da educação inclusiva, buscando compreender de que forma a formação profissional dos educadores pode contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes. O objetivo geral do estudo é analisar o impacto da educação continuada no contexto da educação inclusiva. A metodologia adotada será exclusivamente bibliográfica quanto à fonte de informação e qualitativa quanto aos resultados, envolvendo a revisão crítica da literatura pertinente sobre educação inclusiva, formação de professores e práticas pedagógicas inovadoras. A justificativa para este estudo reside na importância crucial de compreender como a educação continuada pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Ao investigar o papel da formação contínua dos educadores na promoção da inclusão, esta pesquisa visa contribuir para a construção de ambientes educacionais mais acolhedores e acessíveis.

Palavras-chave: Inclusão. Metodologias de ensino. Educação especial. Políticas educacionais. Capacitação de educadores.

ABSTRACT

Given the contemporary educational scenario, the promotion of inclusive education emerges as a moral and social imperative, guaranteeing equal learning opportunities for all students, regardless of their individual characteristics. However, the effective implementation of inclusive practices faced significant challenges, highlighting the need for continuous training of educators to deal with the diversity present in the classroom. In this context, this research aims to investigate the role of continuing education in promoting inclusive education, seeking to understand how the professional training of educators can contribute to the development of more inclusive and effective pedagogical practices. The study's general objective is to analyze the impact of continuing education in the context of inclusive education. The methodology adopted will be exclusively bibliographic and qualitative, involving a critical review of the relevant literature on inclusive education, teacher training and innovative pedagogical practices. The justification for this study lies in the crucial importance of understanding how continuing education can contribute to the construction of a fairer society. By investigating the role of ongoing training for educators in promoting inclusion, this research aims to contribute to the construction of more welcoming and accessible educational environments.

Keywords: Inclusion. Teaching methodologies. Special education. Educational policies. Educator training.

¹ Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University – Flórida, USA. esp.satiro@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. geisykatsny049@gmail.com

³ Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. sinara.cris.scm@gmail.com

1. Introdução

Promover a inclusão na educação torna-se um discurso vazio quando não é motivado pelo compromisso de garantir oportunidades de aprendizagem equitativas para todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. Essa abordagem não se limita à inserção física de alunos com necessidades de acessibilidade, mas também abrange as necessidades educacionais especializadas em ambientes escolares regulares. Além disso, busca transformar práticas pedagógicas para atender de maneira efetiva à diversidade presente nas salas de aula. Nesse contexto, a formação continuada dos educadores emerge como um elemento crucial para a concretização de uma educação inclusiva de qualidade.

Esse trabalho busca estudar as principais estratégias e a utilização de diferentes métodos de ensino, que permitam o atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais, haja vista a adaptação não constitua um privilégio, mas sim um direito, garantindo flexibilidade e oportunidades de aprendizado ajustadas às necessidades físicas e curriculares de cada estudante.

Diante dessa necessidade evidencia-se que a busca por uma educação inclusiva é um desafio presente nas sociedades contemporâneas, especialmente diante das crescentes demandas por igualdade e diversidade. No entanto, a efetiva promoção da inclusão enfrenta uma série de obstáculos, desde a falta de recursos adequados até a necessidade de capacitação contínua dos profissionais da educação. Nesse sentido, surge a necessidade de compreender mais profundamente como a educação continuada pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes, extrapolando o campo das ideias e assumindo o protagonismo real na prática pedagógica.

O objetivo deste estudo é investigar o papel da educação continuada na promoção da educação inclusiva, explorando as suas potenciais contribuições para o desenvolvimento profissional dos educadores e para a construção de ambientes educacionais mais acolhedores e acessíveis. A metodologia adotada para o trabalho será bibliográfica de cunho qualitativa, envolvendo a revisão crítica da literatura pertinente sobre educação inclusiva, formação de professores e práticas pedagógicas inovadoras. Serão analisados estudos, teorias e pesquisas que abordam o impacto da educação continuada na promoção da inclusão, bem como as melhores estratégias para seu desenvolvimento e implementação dos últimos cinco anos.

A justificativa para este estudo reside na importância crucial de compreender como a educação continuada pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ao investigar o papel da formação de educadores na promoção da inclusão, este estudo procura fornecer *insights* acerca do aprimoramento das políticas educacionais, os programas de

formação de professores e as práticas pedagógicas nas escolas. Além disso, busca contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes de educação continuada que atendam às necessidades diversificadas dos alunos e promovam a cultura escolar inclusiva e acolhedora.

2. Metodologia

A investigação utilizará métodos qualitativos e bibliográficos para explorar a importância da educação continuada na capacitação de educadores para a inclusão. Essa metodologia foi escolhida devido à natureza exploratória da pesquisa e à necessidade de uma compreensão descritiva e interpretativa do tema, além de uma análise abrangente e contextualizada do fenômeno. A abordagem qualitativa permitirá uma revisão crítica da literatura existente (Lakatos; Marconi, 2017), proporcionando uma visão detalhada e aprofundada sobre como a formação contínua dos educadores pode contribuir para práticas pedagógicas mais inclusivas, utilizando artigos atualizados sobre o tema.

Ademais, a pesquisa bibliográfica é essencial para situar o estudo no contexto teórico existente, explorando as contribuições de diferentes autores, teorias e métodos relevantes. O método deste trabalho baseia-se na leitura de livros, artigos científicos publicados e documentos oficiais relevantes, buscando identificar lacunas no conhecimento existente e estabelecer um referencial teórico sólido, conforme aponta Gil (2010).

Na análise dos dados, não haverá uma delimitação temporal específica, permitindo a inclusão de pesquisas relevantes independentemente do período em que foram realizadas. Contudo, algumas informações precisam ser consideradas. Entre elas, a disponibilidade dos dados estará restrita a documentos e estudos publicados em português, o que pode excluir importantes contribuições em outras línguas. No entanto, essa restrição visa proporcionar uma base de estudos mais próxima da nossa realidade. Além disso, o acesso às fontes de pesquisa será feito em plataformas gratuitas, o que pode restringir a abrangência e a diversidade das fontes consultadas, revelando a quantidade de estudos realizados na academia por pessoas sem acesso a fomento de pesquisa. Essas limitações podem influenciar a amplitude e a profundidade das análises realizadas, conforme apontado por Gil (2010).

Apesar disso, a pesquisa bibliográfica procurará ser o mais abrangente possível dentro das restrições mencionadas, garantindo a inclusão de uma variedade de perspectivas sobre a educação continuada e a inclusão escolar.

Após a coleta dos dados bibliográficos, a análise será conduzida qualitativamente. Os dados serão organizados e codificados para identificar temas e padrões recorrentes na literatura revisada. Isso permitirá uma compreensão contextualizada e inclusiva do fenômeno em estudo e suas contribuições para o campo de pesquisa (Trivinos, 2011).

Importante destacar que, conforme a resolução CNS 466/2012, este trabalho não necessitou ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, pois trata-se de uma análise de materiais já publicados e disponíveis na literatura, sem intervenção ou abordagem direta a seres humanos.

3. Desenvolvimento

3.1. Políticas e a promoção de uma educação inclusiva

A crescente discussão acerca da educação inclusiva, além de ser um movimento político, cultural e social, é também uma luta educacional iniciada com o objetivo de defender o direito de todos os alunos a estarem juntos, aprenderem e participarem sem qualquer tipo de discriminação ou restrição (Mazzota, 2005). Este movimento ganhou força com a Declaração de Salamanca, um documento aprovado em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha. Esse documento fomentou a reflexão sobre como incluir os alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares, com a distribuição de recursos educativos.

Nesta Conferência, foram formulados conceitos, políticas e procedimentos relativos às necessidades educativas especiais da pessoa humana. A incorporação de crianças, adolescentes e adultos com necessidades educacionais especiais ao sistema regular de ensino é a preocupação central desta declaração. Como resultado, os jovens com necessidades educativas especiais devem receber assistência na transição da escola para a vida adulta produtiva (Sasaki, 2010).

Visando à Inclusão Social, a Declaração de Salamanca é considerada fundamental para a comunidade global, quando atesta que

[...] inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades (...). Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (Unesco, 1994, p. 5).

A ‘educação de qualidade para todos’ está diretamente relacionada com a inclusão total e incondicional de todos os alunos nas escolas, conforme mencionado na Declaração de Salamanca (1994) e vai além das deficiências dos alunos, inclui todos eles sem questionamento. Ao lutar por uma sociedade verdadeiramente igualitária, que proporciona a todas as pessoas as mesmas condições de igualdade, é preciso repensar a forma como a escola opera essa igualdade, isso

proporcionará aos alunos com deficiência a oportunidade de participar da sociedade emergente (Stainback; Stainback, 1999), uma vez que o fato de inserir o estudante na sala de aula, não se caracteriza inclusão, pois a inclusão vai além da integração, uma vez que prevê a mudança do comportamento do ambiente para com a necessidade mudando o conceito de deficiência ou inacessibilidade ao Estado ou à Instituição e devolvendo à pessoa o conceito de normalidade, pois não é a pessoa que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve estar apta a recebê-la com as suas limitações.

A carta-declaração preconiza as escolas como capazes de incluir os alunos excluídos, sem diferenciá-los. Centra-se nas questões descentralizadas associadas à inclusão plena dos alunos com necessidades educativas especiais e aborda a produção de uma situação lamentável em nossas escolas.

No Brasil, a legislação fundamental que promove a valorização das diferenças é a Constituição Federal de 1988, promulgada em 5 de outubro, que já continha um dispositivo garantindo o direito à cultura e à inclusão. Posteriormente, em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) veio dar maior ênfase aos aspectos inclusivos, tornando-se um marco essencial na promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. Esta legislação estabelece diretrizes importantes que asseguram direitos fundamentais como educação, saúde, trabalho e mobilidade, adaptando os ambientes e serviços para que sejam acessíveis a todos. A LBI tem sido crucial para fomentar uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas com deficiência possam exercer sua cidadania plena, contribuindo para a redução de barreiras e preconceitos e garantindo a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, Sassaki (2010) afirma que o processo de inclusão na educação, no entretenimento, no transporte, etc., pode ser considerado educação inclusiva, entretenimento inclusivo, transporte inclusivo, e assim por diante. Outra forma de comparação é citar, por exemplo, educação para todos, entretenimento para todos e transporte para todos.

Em consonância com o tema, a Constituição Federal (1988) afirma que é importante promover o benefício de todos, sem preocupações de ascendência, sexo, cor, idade ou outras formas de discriminação, uma vez que enfatiza que a educação, de forma especial, precisa ser igualitária e universal.

Como menciona Mazzota (2005), a obrigação de educar do Estado será cumprida mediante a oferta de: ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não foram acessados na idade adequada; a expansão progressiva do ensino secundário obrigatório e gratuito; atendimento educacional especial para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento aos alunos, no ensino fundamental, por meio de programas de material didático complementar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O autor ainda discorre sobre a legislação que está explicitamente ‘preocupada’ com a obrigação de as escolas admitirem todas as crianças que se apresentem para matrícula (Lei nº 13.146/2015).

3.2. O conceito

De acordo com a professora Maria Tereza Égler Mantoan (2006), Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade (Leped), na Faculdade de Educação da Unicamp, a educação inclusiva, baseia-se na capacidade de compreender e reconhecer o outro, o que possibilita o privilégio de conviver e compartilhar com diferentes indivíduos. Implica acomodar a todos, sem favoritismo. É a criação de métodos de interação com outras pessoas que, quando incorporados, satisfazem suas necessidades.

Como afirma Cury (2002), a definição legal indica o potencial de ação e as limitações a ela associadas, os direitos, deveres, proibições e regras, todos sociais. Sem dúvida, tudo isso tem efeitos na vida das pessoas, pois se reconhece que a educação tem um papel significativo na formação de cidadãos.

É mister reconhecer o papel do professor, como um dos responsáveis por esse feito, pois sua função primordial é auxiliar no desenvolvimento do estudante aliado ao seu potencial individual, reconhecendo assim as diferenças e sempre se interessando pelo seu desenvolvimento. Nesse sentido, deve ser designado um espaço onde os estudantes possam aprender e se reconhecer como participantes ativos na criação do conhecimento. Isto, no entanto, só pode ser conseguido através de esforços individuais e coletivos.

Para isso, os estudantes devem colaborar entre si e, nesse sentido, o processo deve ser concebido em conjunto, como acontece com os demais na sua relação com a disciplina. Porém, uma equipe dedicada deve fazer com que dentro e fora da escola, e nas suas respectivas famílias, se amplie o potencial de inclusão. Na escola, o professor planta a semente, e em casa a família continua, de forma incansável promovendo essa consciência inclusiva, sem capacitismo ou favoritismo, e o professor pode ajudar estas famílias com o desenvolvimento desta mentalidade.

A educação é um direito de todos, independentemente da natureza clínica, física ou psicológica de sua condição, deve haver uma abordagem humanística da atenção que enfoque as necessidades integrais do estudante, aqui representado como crianças, adolescentes e jovens, sejam essas necessidades tanto físicas quanto psicológicas.

As escolas da rede pública de ensino têm enfrentado a dificuldade de preparar professores para atender alunos com necessidades educacionais especiais. Contudo, para Prieto (2006), o aumento do acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais às classes comuns levou a

um aumento da procura de educação especial, especialmente durante a segunda metade do século XX e século XXI, em que relatos de professores estão cada vez maiores do crescimento da demanda de estudantes com algum transtorno ou dificuldade.

A impressão que se tem é que houve um aumento exponencial de casos de estudantes com alguma necessidade de inclusão nos últimos cinco anos. Durante a pandemia de Covid-19, houve pouca informação disponível sobre a situação dos estudantes da Educação Especial (com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades). Uma pesquisa Datafolha, realizada com responsáveis de alunos da rede pública a pedido do Itaú Social, Fundação Lemann e BID, com apoio do Instituto Rodrigo Mendes, avaliou os impactos da pandemia em 2021. Posteriormente, a Plano CDE analisou a 8ª onda da pesquisa, comparando estudantes com e sem deficiência no Brasil.

Os resultados da pesquisa mostraram que 13% dos estudantes com deficiência não tiveram nenhuma aula com recursos de acessibilidade durante a pandemia. O apoio no ensino remoto não foi constante. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), essencial para eliminar barreiras na participação dos alunos, foi oferecido durante todo o período da pandemia em apenas 23% dos casos e em alguns momentos para 18% dos alunos. Isso significa que 59% dos estudantes raramente ou nunca receberam o AEE, embora seja um direito deles. Além disso, 29% dos estudantes com deficiência raramente ou nunca receberam materiais pedagógicos com recursos de acessibilidade.

Esses dados confirmam que estudantes com deficiência foram desproporcionalmente impactados pelo ensino remoto durante a pandemia da covid-19, enfrentando grandes desafios para recuperar a aprendizagem perdida. Houve também um risco maior de exclusão escolar, com 28% dos familiares de alunos com deficiência temendo a desistência escolar em comparação com 19% dos demais. Os motivos principais incluíam dificuldades em acompanhar as atividades, falta de acolhimento na escola, perda de interesse pelos estudos e necessidade de trabalhar. Apenas 14% dos estudantes sem deficiência relataram falta de acolhimento na escola.

Estes dados vem ao encontro do que os autores como Mantoan (2006) e Xavier (2002), defendem que as escolas devem aprimorar o acolhimento e a inclusão para garantir a permanência e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Essa mesma pesquisa aponta que vinte por cento dos estudantes respondentes não retornaram às aulas presenciais devido à falta de profissionais de apoio. Além disso, 32% dos estudantes com deficiência apresentaram dificuldades no relacionamento com professores ou colegas.

3.3. Formação docente

Outra pesquisa, encomendada pela Fundação Lemann e realizada pelo DataFolha, em junho de 2021, mostrou que a maioria dos docentes brasileiros (83%) acredita que a inclusão contribui para a aprendizagem, e 95% sabem que é direito dos estudantes com deficiência ter acesso a escolas comuns. No entanto, 40% dos docentes nunca tiveram formação sobre inclusão, sendo essa falta mais significativa no ensino médio.

Para melhorar a inclusão no Brasil, é essencial investir na formação de profissionais da educação e no fornecimento do Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio. No retorno às aulas presenciais, é crucial que todos esses fatores trabalhem juntos para recuperar a aprendizagem dos alunos e evitar que qualquer um seja deixado para trás.

O professor Xavier (2002) descreve a construção da capacidade do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva. Através da mediação da ética, esta resposta atende à necessidade social e histórica de superação de práticas educativas que discriminam, segregam e excluem, configurando também, na ação educativa, o vetor de transformação social rumo à igualdade, à solidariedade e à cidadania.

Nesse sentido, a formação continuada de professores deve ser uma prioridade dos sistemas educativos que se dedicam à inclusão. Nessa perspectiva, devem certificar-se de que são capazes de desenvolver e implementar novas ideias e métodos de ensino que levem em conta as necessidades educacionais especiais dos alunos. Conforme evidenciado por Lima (2006), é fundamental que os professores reconheçam a sua própria importância no processo de inclusão, pois é sua função planejar e implementar procedimentos educativos que apoiem o desenvolvimento das crianças.

As escolas devem ter capacidade para receber os alunos com um ambiente estruturado, horários diferenciados, materiais didáticos diversos e, o mais importante, um clima de aceitação das diferenças individuais. A formação continuada dos professores deve permitir-lhes adquirir maior conhecimento sobre o estado atual da arte no que diz respeito à educação especial, bem como ajudá-los a desenvolver uma maior compreensão do mundo e de si mesmos (Oliveira, 2000).

O alcance do sucesso escolar regular decorre da possibilidade de os alunos terem avanços significativos na escolarização por meio da implementação de práticas pedagógicas que levem em conta a diversidade dos alunos. Os desafios que essas crianças, adolescentes e jovens enfrentam devem ser abordados, evitando a discriminação, o descompromisso e a irresponsabilidade daqueles que compõem o quadro integral da escola e da família.

Nesse sentido, Belisário (2005, p. 130) afirma que, “para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, a forma de pensar e de oferecer educação em sala de aula deve ser revertida”. É necessário planejar e avaliar métodos de ensino, formar e aprimorar professores, especialmente aqueles que atendem alunos do ensino fundamental, e promover a profissão docente. Outras inovações importantes incluem a inclusão, que envolve também a fusão do ensino regular e especial, bem como o aumento da qualidade do ensino para todos os alunos.

A educação inclusiva aumenta a participação de todos os alunos no ensino regular. Ela está ciente da diversidade da espécie humana, tenta compreender e acomodar as necessidades educacionais únicas de cada um, a fim de promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal. É importante considerar que, se os alunos com necessidades educacionais especiais participarem do aprendizado com outros alunos da escola de forma inclusiva, eles terão maiores oportunidades.

[...]se prepararem-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades e a sociedade toma a decisão consciente de agir de acordo com o valor social da igualdade para todos os seres humanos. No que se refere à escola inclusiva, é no constante desequilíbrio provocado pelas diferenças existentes entre os alunos com necessidades educacionais especiais e os sem que ocorrem as trocas entre eles e a permanente reorganização do conhecimento pelo aluno (Stainback; Stainback, 1999, p. 39).

É importante considerar os espaços existentes, eliminando impedimentos arquitetônicos e apresentando áreas físicas esteticamente agradáveis. As crianças com necessidades educacionais especiais devem ter a oportunidade de explorar os seus interesses e encontrar formas de os tornar seus. Os obstáculos para a inclusão são numerosos, por isso há necessidade de maior dedicação à Educação Especial.

Sasaki (2010) descreve uma sociedade inclusiva como tendo espaços adicionais para todos. Promove o conceito de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana, mas também sublinha a importância da participação, coexistência, cooperação dos membros da comunidade e a contribuição que todos os indivíduos podem dar para criar uma comunidade mais diversificada, mais saudável e mais gratificante.

Como resultado, o sistema educativo deve ter os recursos adequados para responder às necessidades específicas dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Como resultado, todos os envolvidos nas necessidades educacionais destes estudantes devem considerar o seu papel e melhorar as condições existentes para que estes estudantes possam ter um empreendimento acadêmico bem sucedido com uma aprendizagem significativa que se situe nas suas necessidades e interesses pessoais.

3.4. Inclusão escolar na prática

A atual situação nas escolas necessita de uma reforma para garantir que a inclusão realmente ocorra, que os alunos com dificuldades de aprendizagem não estejam sozinhos nos seus problemas, e que a escola como um todo e a forma como é aprendida e avaliada.

A transformação da escola depende de aspectos fundamentais que devem ser abordados, como repensar o modelo educativo, retirar o modelo tradicional e valorizar as diferenças, permitindo que a escola seja um local de discussão, colaboração e união, onde todos os alunos sejam incentivados a participar, a buscar pela cidadania, bem como respeitar o tempo dos alunos e dar-lhes autonomia para aprender através de um método de ensino que não segrega e não reprova e, por fim, valorizar o professor aprimorando-o constantemente para que ele consiga abranger toda a turma e cumprir sua tarefa, sem exclusão (Mantoan, 2006).

Silva (2015) afirma que um dos aspectos mais importantes da educação inclusiva é a relação entre a família e a escola: primeiro, para haver uma verdadeira parceria entre a escola e a família, devem ser empregadas diversas abordagens de ensino para acomodar alunos com necessidades especiais, e os espaços devem ser modificados para tornar o processo de educação inclusiva mais produtivo e bem-sucedido.

Dado que este projeto se dedica ao desenvolvimento humano do indivíduo e à prossecução de uma posição social, devem estar envolvidas ambas as instituições responsáveis pelas crianças: a Família e a Escola. O valor da família para o sucesso acadêmico do aluno irá ajudá-lo tanto nas suas capacidades motoras/físicas, como também emocionais e intelectuais. Em última análise, para conduzir a um desenvolvimento eficaz e de qualidade, a escola e a família devem colaborar para alcançar um objetivo comum: a melhoria do bem-estar e da aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais incorporadas no ensino regular (Silva, 2015).

É evidente a importância da qualificação da equipe profissional e dos recursos educacionais dedicados aos alunos com deficiência. É crucial observar a prática da educação inclusiva na perspectiva daqueles que nela realmente participam, sejam alunos, pais ou professores. Não deve envolver apenas a garantia de matrícula que a lei prevê às pessoas com deficiência no ensino regular, é fundamental que a escola tenha uma equipe preparada para alcançar a inclusão (Neto et al., 2018).

Na visão dos autores a inclusão é antes de tudo uma questão de cidadania e de valorização do outro, é reconhecer e aceitar que o outro também deve participar na esfera social, profissional, educativa, independentemente das circunstâncias. Supondo que estamos lidando com valores e preconceitos derivados de nossa sociedade, a educação inclusiva não é uma tarefa fácil, necessita de uma reforma e transformação dos princípios da educação, e estamos no caminho da inclusão.

A educação inclusiva baseia-se na ideia de que cada aluno deve ser avaliado individualmente, tendo em conta as suas necessidades e obstáculos, isso levará a um lugar de igualdade e crescimento, exigindo uma gestão que promova e apoie as diferenças. Como resultado, a inclusão é mais ampla do que simplesmente incluir pessoas com deficiência no sistema educativo padrão. É fundamental que a escola e o professor recebam o auxílio necessário, como do funcionário da sala de recursos, para a realização do seu trabalho. A implementação do currículo está se tornando mais fundamental pela necessidade de acomodar os alunos que têm dificuldades, o professor é responsável por abordar as questões da diversidade e acompanhar o progresso dos alunos, deve observar a evolução dos alunos nas diferentes áreas, com sendo esta estratégia a mais eficaz ou malsucedida, de fato, na inclusão escolar (Papa; Viegas; Zamor, 2015).

Mantoan (2006) considera que fazer alterações necessárias para implementar a educação inclusiva, é uma questão que não diz respeito apenas às pessoas com deficiência, mas envolve diferentes métodos. É uma prática que altera o comportamento de uma sociedade e da cultura como um todo. A educação inclusiva é necessária, principalmente, para melhorar as condições da escola, a fim de formar as gerações futuras para viverem toda a sua vida sem quaisquer limitações, preconceitos e barreiras.

Não se pode apenas prometer soluções, e mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja muito elevado, nunca será tão elevado como resgatar um percurso escolar marginalizado, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivo. Esses são os reais motivos da proposta de inclusão plena: para que a atualização da educação na escola, por parte de professores e envolvidos melhorem em seus métodos para que as escolas públicas e privadas se esforcem para modernizar e reestruturar as suas condições atuais, de forma a responder às necessidades de cada um dos seus alunos independente de quais sejam as suas necessidades (Mantoan, 2006).

A escola tem um papel significativo na vida dos alunos. É um espaço diversificado e multicultural que visa atender às necessidades e preocupações do público. É um ambiente que acolhe pessoas com características diferentes e possui inúmeras vertentes. A escola é responsável pelo desenvolvimento do indivíduo e pela transformação do seu processo de aprendizagem, bem como pela estimulação de valores sociais e culturais que são importantes, proporcionando aos alunos o desenvolvimento cultural, social, intelectual e físico (Neto et al., 2018).

Ao interagir com alunos com deficiência, é fundamental reconhecer e compreender que o processo de aprendizagem é possível em uma sala de aula regular. Isso mudará a mentalidade de exclusão e demonstrará ao público que esses alunos são capazes de viver, estudar e aprender com outros estudantes. Acompanhando a família, é na escola que essa transformação e evolução ocorrem de forma contínua. É no ambiente escolar que os indivíduos são preparados para interagir e criar conhecimento.

3.5. Formação continuada docente para a garantia da inclusão

Vivemos em uma sociedade onde os avanços ocorrem com frequência, e todas as profissões precisam se adaptar a esses avanços. Isso inclui os professores, que têm a exigência contínua de buscar novos conhecimentos. Para entender a importância da formação continuada, é essencial compreender o que ela proporciona ao educador e como impacta os estudantes e toda a escola.

A realização de pesquisas em educação especial facilita uma melhor compreensão do complexo e dinâmico sistema educacional, incluindo a diversidade de alunos. Isso promove o acesso ao conhecimento presente no currículo. A sala de aula não pode ser considerada um espaço e tempo fixo e uniforme dedicado ao processo de aprendizagem. Pelo contrário, é um ambiente desafiador e controverso que aumenta a dificuldade da formação profissional do pedagogo/professor (Bérgamo, 2012).

Como resultado, podemos sugerir que a formação continuada seja essencial para a constante conscientização dos professores sobre as mudanças sociais. Visto que essas alterações geralmente levam a novos conhecimentos, métodos de ensino, tecnologias e desafios, os profissionais devem estar dispostos a aprimorar suas competências em resposta às demandas práticas diárias da sala de aula. Esse campo é vital para a realização de pesquisas de qualidade.

Reconhecendo a formação continuada como uma exigência da sociedade atual, onde o conhecimento está em constante evolução, é crucial que todos os profissionais, em diversas áreas, estejam engajados nesse processo. Contudo, Soares (2020) reconhece que a formação continuada de professores não visa apenas aprimorar suas competências, mas também melhorar a qualidade do ensino que eles desenvolvem a partir de sua prática profissional.

Todos os professores têm o direito de receber uma formação adequada e a preparação que vai capacitá-los para lidar com a inclusão. Nesse sentido, visto que muitos professores não tiveram nenhuma disciplina específica ou aprofundada nos seus cursos de formação, deve ser oferecido um curso de formação continuada para que seu desenvolvimento profissional torne possível compreender e promover a inclusão. (Belther, 2017, p.88)

Professores que estão atuando há muito tempo na área, mas que não possuem a formação necessária para se atualizarem sobre novos métodos de planejamento, criação de conteúdos ou reflexão sobre sua metodologia, começarão a ter mais dificuldades ao planejar e conduzir suas aulas. Mesmo que o profissional não receba atualizações, isso não significa que suas demandas serão ignoradas, pois em breve os alunos exigirão todo o conhecimento que o professor pode fornecer.

Nas palavras de Castro e Facion (2012), nesta nova era que descreve o mundo educacional, a realocação do valor para a diversidade humana exige uma nova abordagem do ensino e, como

resultado, uma redefinição do papel da escola e, conseqüentemente, dos professores e demais profissionais da educação. Isso requer amplo preparo para assumir novos valores profissionais que incluam, além de uma prática diferenciada, saberes educacionais, científicos e culturais transformados, todos voltados às características individuais de seus estudantes.

Nesse contexto, a formação continuada não é significativa apenas para a carreira docente. Também é significativo para os alunos que terão aulas mais motivadoras, dinâmicas e com foco no desenvolvimento da capacidade máxima do aluno. Além disso, os alunos do público da Educação Especial têm a oportunidade de acessar um profissional com capacidade para trabalhar cada uma de suas especificidades, isso cria um ambiente no qual eles se sentem acolhidos e incentivados a aprender e buscar mais informações.

A escola foi solicitada a promover processos educativos e de aprendizagem que beneficiem todos os alunos, independentemente de suas deficiências. Os professores agora enfrentam a necessidade de redesenhar suas práticas pedagógicas para acomodar as diversas necessidades educativas dos alunos em sala de aula (Bérgamo, 2012).

Nessa perspectiva, a formação continuada, se observada com a devida atenção, pode levar os professores a novos caminhos, tirando-os de sua zona de conforto e demonstrando o valor de seu trabalho e a contribuição que ele oferece para a vida dos alunos. Não podemos negar que um professor qualificado e preparado com antecedência pode influenciar significativamente o aprendizado e o desenvolvimento do aluno.

Autores como Fernandes (2013) afirmam ainda que não basta que o professor esteja sensibilizado e consciente da necessidade da inclusão. É necessária uma formação complementar que continue a educá-lo sobre a importância do desenvolvimento profissional contínuo e que suscite novas formas de mediação através da utilização de diferentes cenários e aplicações práticas que não dissociem teoria e prática.

Ao alterar sua própria visão, o professor pode mudar a perspectiva dos alunos em relação à escola e ao ensino, apresentando-lhes um novo caminho de potenciais oportunidades. A LDB afirma que o ambiente de trabalho deve promover a formação constante. Portanto, a escola deve incentivar o esforço do corpo docente na busca por qualificação, além de proporcionar tempo para que esses profissionais busquem formação.

Romanowski em sua obra de 2012, *Formação e profissionalização docente* afirma que o objetivo da educação continuada é aprimorar o ensino dos profissionais, e não simplesmente melhorá-lo e assim, como resultado, os programas de educação continuada devem incorporar conhecimentos científicos, críticos, didáticos, relacionais, habilidades pedagógicas e de gestão; eles podem ser realizados pessoalmente ou remotamente. Sublinhamos a importância da prática dos professores e dos problemas que eles enfrentam como princípio significativo deste tipo de formação.

Reconhecendo a necessidade de treinamento em constante construção, diversos recursos podem ser empregados para atingir esse objetivo. Os gestores escolares poderão participar de palestras que discutem diversos temas relacionados às realidades e experiências da escola. Além disso, promoveu reuniões com dirigentes escolares e professores, como forma de troca de experiências.

Esses recursos são mais rápidos ou mais duradouros, como os cursos de pós-graduação que são ministrados diretamente de forma presencial, mas também podem ser ministrados na modalidade a distância, conforme mencionado anteriormente pelo autor. O modelo de educação a distância também está incorporado à LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) como um recurso que pode ser acessado pelos profissionais para ampliar seus conhecimentos. Hoje, os cursos a distância proporcionam um amplo campo de conhecimento que aumenta o potencial de qualificação e sendo esse método é mais flexível que outros, permite que os educadores encontrem melhores horários para se dedicar aos estudos, por isso, o uso desse recurso tecnológico é benéfico para conciliar trabalho e estudo.

Com isso, o professor reconhece o valor da formação continuada como um caminho que facilita a construção de uma ponte entre o que ele já entende, suas experiências pessoais e novos conhecimentos, novos métodos, e aumenta seu desenvolvimento profissional. Pelas palavras de Bergamo (2012), pode-se dizer que hoje o maior obstáculo encontrado é proporcionar uma educação de qualidade para todos os alunos, levando em consideração a diversidade dos alunos e suas diferenças, isso levará a um espaço que ultrapassa o currículo e também envolve respeito e cidadania.

Quando a escola promove o movimento constante do professor, passa a incutir nele a consciência da necessidade de alterar e aprimorar seu método de ensino, a fim de proporcionar um ensino de qualidade para a escola. As crianças que beneficiam deste programa enfrentam muitas vezes duras realidades que exigem que vejam a educação como um esforço significativo que é ao mesmo tempo divertido e acolhedor.

Quando não é necessário, muitos professores pularão totalmente todo o treinamento. Alguns deles são ensinados por eles próprios, sem instrução institucional adicional, sem que as suas competências se tornem obsoletas. Outros que, apesar da falta de representatividade, convivem com o conhecimento da sua formação original e da experiência em primeira mão. A urgência é colocá-los num regime de formação contínua, se possível, sem reforçar o conceito de que nada têm a esperar dele imediatamente. (Perrenoud, 2000).

Observa-se afirmações preocupantes nas palavras do autor que sugerem uma realidade comum em muitas escolas. Ele reconhece a dificuldade de alguns professores em compreender a necessidade da formação continuada como um obstáculo que pode afetar negativamente a

qualidade de seu trabalho. É evidente que o profissional não adquirirá todos os conhecimentos de uma só vez. Reconhecendo isso, o professor compreenderá que a formação continuada é um processo essencial ao longo de sua carreira.

A educação continuada é importante para a era moderna. Assim, podemos afirmar que a formação de professores ocorre progressivamente, começando pela educação básica e sendo seguida por uma formação inicial que inclui a capacitação para atuar na prática social, no mundo do trabalho e no Continuum de Estudos (Romanowski, 2012).

Esse é um conceito que deve ser cultivado tanto por professores que já estão na profissão há muito tempo quanto por aqueles que estão começando. Conforme discutido, o professor pode aumentar seu conhecimento de múltiplas maneiras, melhorando sua prática profissional. No entanto, segundo Castro e Facion (2012), falta ao professor a reflexão sobre seus próprios pensamentos, os pensamentos de seus alunos e as especificidades do processo de aprendizagem. Somente observando esses aspectos o professor estará em condições de criar uma prática docente que leve em conta a diversidade na sala de aula.

4. Análise dos dados e Discussão

A análise dos dados obtidos por meio da revisão bibliográfica evidencia que a educação continuada dos educadores é um fator determinante para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. Os estudos consultados apontam que, embora haja avanços legislativos e políticas públicas voltadas à inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e os princípios da Declaração de Salamanca (1994), ainda persistem desafios significativos na implementação dessas diretrizes no cotidiano escolar.

A pandemia de Covid-19, por exemplo, revelou fragilidades estruturais no atendimento aos estudantes com deficiência, especialmente no que diz respeito à oferta de recursos de acessibilidade e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dados da pesquisa Datafolha (2021) mostram que 59% dos alunos com deficiência raramente ou nunca receberam o AEE durante o ensino remoto, o que contribuiu para o aumento do risco de exclusão escolar e para a perda de aprendizagem. Esses números reforçam a necessidade de formação continuada dos docentes, não apenas para o uso de tecnologias assistivas, mas também para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que promovam a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, a pesquisa realizada pela Fundação Lemann (2021) indica que, embora 95% dos professores reconheçam o direito dos estudantes com deficiência à educação comum, 40% nunca receberam formação específica sobre inclusão. Esse dado revela uma lacuna preocupante na

formação inicial e continuada dos profissionais da educação, especialmente no ensino médio, onde a ausência de capacitação é ainda mais acentuada.

Autores como Mantoan (2006), Xavier (2002) e Sasaki (2010) reforçam que a inclusão escolar não se limita à presença física do aluno na sala de aula, mas envolve a transformação das práticas pedagógicas, da cultura escolar e da estrutura física das instituições. A formação continuada, nesse sentido, deve ser compreendida como um processo permanente, que possibilita ao professor refletir sobre sua prática, adquirir novos conhecimentos e desenvolver competências para lidar com a diversidade.

A análise dos dados também aponta que a inclusão escolar eficaz depende da articulação entre escola e família. A parceria entre essas duas instituições é fundamental para garantir o desenvolvimento integral dos alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo um ambiente acolhedor e colaborativo. A escola, ao reconhecer o papel da família, fortalece o vínculo com os estudantes e amplia as possibilidades de aprendizagem.

Por fim, destaca-se que a formação continuada deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também éticos e humanísticos, promovendo uma educação que valorize a diversidade e respeite as singularidades de cada aluno. A construção de uma escola inclusiva exige o comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo, bem como políticas públicas que assegurem recursos, formação e acompanhamento constante.

5. Considerações Finais

Ao estudar a inclusão e a perspectiva que ela se posiciona para a escola, e os percalços que se enfrenta a tentar tratá-la como um tema recorrente, possível e necessário, compreende-se cada vez mais que promover a educação inclusiva é indispensável para construir uma sociedade mais justa e igualitária e nesse contexto, a educação continuada desempenha um papel crucial, oferecendo oportunidades contínuas de aprendizado e desenvolvimento para educadores, profissionais e comunidades em geral. Através da atualização constante de conhecimentos, habilidades e práticas pedagógicas, os educadores podem se adaptar de forma eficaz às necessidades diversificadas dos alunos, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades, origens ou circunstâncias.

Além disso, essa formação continuada permite que os educadores se mantenham atualizados com as últimas pesquisas, tendências e melhores práticas no campo da inclusão educacional. Isso os capacita a implementar estratégias pedagógicas mais eficazes, criar ambientes de aprendizado acolhedores e inclusivos, e colaborar de forma significativa com colegas, famílias e profissionais de apoio. Ao investir em seu desenvolvimento profissional contínuo, os educadores

estão melhor preparados para enfrentar os desafios da diversidade e promover uma cultura escolar mais inclusiva e acolhedora.

Em suma, a educação continuada é essencial para a promoção da educação inclusiva, pois capacita os educadores a se tornarem agentes de mudança positiva em suas comunidades educacionais. Ao cultivar uma mentalidade de aprendizado ao longo da vida e buscar constantemente o aprimoramento profissional, os educadores podem desempenhar um papel fundamental na construção de um sistema educacional que valoriza e celebra a diversidade, garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

Referências

BELISÁRIO, J. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BELTHER, Josilda Maria (org.). **Educação especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação especial: pesquisa e prática**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTRO, R.; FACION, J. A formação de professores. In: FACION, J. (org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: InterSaberes, 2012. p. 157–174.

CORREIA, Luiza. **Estudantes com deficiência: impactos da pandemia e perspectiva de futuro**. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/analise-impacto-da-pandemia-em-estudantes-com-deficiencia-e-a-perspectiva-de-futuro/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245–262, jul. 2002.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, Monaliza Ehlke Ozorio. **Educação especial e inclusiva na perspectiva histórico-social brasileira voltada à área da psicologia**. Curitiba: Contentus, 2020.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Maioria dos professores é a favor da educação inclusiva, revela pesquisa**. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/estudo-educacao-professores/>. Acesso em: 3 mar. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81–92, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (org.). **A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PAPA, Fernanda; VIÉGAS, Silvia A. G.; ZAMOR, Anderson V.; BORBA, Manuel E. Gato. Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva. **CAPE – Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado**, São Paulo, v. 1, 2015.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PRIETO, Rosangela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002. Reedição: 2010.

SILVA, Taiane Vieira da. Inclusão escolar: relação família-escola. **Revista Educere**, Paraná, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16662_8048.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

SOARES, Katia Cristina Dambiski. **Prática de pesquisa e formação de professores**. Curitiba: Contentus, 2020.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, Salamanca, 1994. Genebra: UNESCO, 1994.

XAVIER, A. G. P. Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva.

Revista Integração, Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.